

IDEB e escola pública: diálogo com os dirigentes municipais de educação

IDEB and public school: dialogue with municipal education leaders

Ana Geysa Guilherme Bezerra¹
Ciclene Alves da Silva²

Resumo

O artigo tem como objetivo averiguar a relação entre as concepções IDEB e qualidade educacional, nos discursos dos dirigentes municipais de educação de cinco municípios do Alto Oeste Potiguar, buscando traçar fatores explicativos do que é uma escola de qualidade na região. Entender como funciona a engrenagem do IDEB que através de premiações estimula disputas e regula condutas para atender seu fim principal, a qualidade da educação, bem como esse aspecto pode ser percebido nos municípios em questão. Utiliza-se na pesquisa o método arqueogenealógico de Michel Foucault dando ênfase a análise do discurso, sendo considerado nesse processo: o sujeito do discurso, a materialidade discursiva, o interdiscurso e os saberes produzidos também abordados por Fischer (2001). Os estudos foram feitos a partir do “método” de análise de Foucault considerando o estudo em torno das práticas discursivas. Os resultados apontam que apesar dos dirigentes municipais de educação evidenciarem a limitação do IDEB em indicar a qualidade da educação, estes reproduzem o discurso oficial, dispostos nos sites do Governo, de forma acomodada.

Palavras-chave: IDEB. escola pública. dirigentes municipais

Abstract

The article aims to investigate the relationship between the IDEB conceptions and educational quality, in the discourses of municipal education directors of five municipalities in the Alto Oeste Potiguar, seeking to outline explanatory factors of what is a quality school in the region. To understand how the IDEB mechanism works, which, through awards, stimulates disputes and regulates conducts to meet its main purpose, the quality of education, as well as this aspect can be perceived in the municipalities in question. The archaeogenealogical method of Michel Foucault is used in the research, emphasizing the analysis of the discourse, being considered in this process: the subject of

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN Campus de Pau dos Ferros, Brasil. E-mail: anageysa@alu.uern.br orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2704-5415>

² Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, Campus de Pau dos Ferros. E-mail: ciclenealves@uern.br orcid: <https://orcid.org/0009-0000-5205-0497>



the discourse, the discursive materiality, the interdiscourse and the knowledge produced also addressed by Fischer (2001). The studies were based on Foucault's "method" of analysis because the author makes a dialogue around discursive practices. The results indicate that although the municipal education directors show the limitation of the IDEB in indicating the quality of education, they reproduce the official discourse, available on the Government websites, in an accommodated way.

Keywords: IDEB. public school. municipal leaders

Introdução

O texto discorrerá sobre os resultados da pesquisa PIBIC, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, intitulada “O IDEB na região do Alto Oeste Potiguar: estudo com os dirigentes municipais de educação”, que encontra-se na sua terceira fase e parte da seguinte questão de pesquisa: Qual a relação entre o IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e a qualidade da educação nos discursos dos dirigentes municipais de educação? Tem como objetivo geral: analisar os discursos dos (as) secretários (as) municipais de educação do Alto Oeste Potiguar sobre o “indicador” do IDEB e a qualidade da educação ofertada.

Apresentamos a compreensão da qualidade educacional, a partir das problematizações construídas por Dourado (2007), ao definir a qualidade como um termo “polissêmico”, ou seja, que implica muitos fatores, a exemplo das condições econômicas do público que a escola atende, das condições de trabalho na escola (se tem uma boa infraestrutura, equipamentos para as aulas, biblioteca acessível aos alunos e etc), da dedicação dos alunos ao irem para a escolas, da qualificação dos profissionais, entre outros.

No cenário nacional, observa-se o discurso dos documentos oficiais que apontam o IDEB como um indicador da qualidade da educação que tem, segundo Mello e Bertagna (2020), bases neoliberais e meritocráticas que servem ao mercado, ou seja, um discurso marcado por interesses políticos e econômicos que privilegia as classes sociais economicamente favoráveis, ocultando as inúmeras dificuldades enfrentadas pela maior parcela das escolas públicas, confundindo o entendimento de educação de qualidade, que passa a se pautar em números quantificáveis quando na verdade esse termo envolve



amplos fatores que estão dentro e fora da escola.

Como instrumento de acesso aos dados foram realizadas entrevistas via *Google Meet* com os secretários e secretárias municipais de educação de cinco cidades do Alto Oeste Potiguar, bem como realizado um estudo do censo educacional e o IDEB de cada município. O instrumento da pesquisa foi organizado em três seções: I - Traçando um perfil dos participantes, II - Relação IDEB com a qualidade da educação e III - Questões direcionadas aos índices de cada municipalidade. A entrevista foi um importante instrumento para os intentos da pesquisa, pois como aponta Szymanski, Almeida e Prandini (2010, p.14) “se torna um momento de organização de idéias e de construção de um discurso para o interlocutor [...]”.

A análise dos dados se deu através da Análise do discurso foucaultiana, trabalhada inicialmente por Foucault nos seus procedimentos metodológicos da “Arqueologia do Saber”. Consideramos deste modo, as categorias presentes nos enunciados: Sujeito do discurso, Interdiscursividade, Materialidade Discursiva e Saberes Produzidos.

O texto está estruturado em tópicos, nos quais abordaremos inicialmente a criação e a compreensão sobre o IDEB na educação brasileira. Em seguida trazemos o conceito de qualidade e o que é uma escola de qualidade segundo Dourado e Oliveira (2007) e Dourado e Oliveira (2009). Depois, a relação IDEB e qualidade da educação nos discursos dos dirigentes municipais de educação do alto oeste potiguar e no âmbito deste tópico, a discussão dos trajetos temáticos construídos, e por fim, nossas considerações finais.

O IDEB na educação brasileira: quando o índice se torna presença?

O Plano de desenvolvimento da Educação (PDE) criado em 2007 pelo o Ministério da Educação (MEC), instituiu através do Decreto nº 6.094/2007 o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação. Para o acompanhamento dessas metas implementou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), produzido sob a responsabilidade do presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Reynaldo Fernandes. Assim, “O Ideb [...], surge com o objetivo de ancorar um sistema de metas educacionais” (FERNANDES, 2016, p. 103). Após a sua



criação o IDEB ganhou grande proporção e em 2014 foi inserido no Plano Nacional de Educação (PNE). Desta forma,

[..] O Ideb foi apresentado à nação como uma ferramenta inovadora da aferição dos resultados educacionais de Estados, municípios, redes de ensino e escolas, pretensamente com vistas a melhoria na qualidade da educação básica brasileira”. (SCHNEIDER; NARDI, 2014, p. 8)

O IDEB está estabelecido na meta 7 do PNE como referência de qualidade da educação. Gaesqui (2016) defende que com a aprovação do PNE 2014-2024, houve um desestímulo no debate sobre a qualidade da educação, uma vez que, o artigo 11º do referido plano limita a qualidade da educação a metas e resultados obtidos no IDEB. Com isso, deu-se uma pausa nos debates acadêmicos que vinham avançando, e ainda, foram desconsiderados os diferentes fatores que interferem na qualidade educacional.

O Ideb leva em consideração as médias do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), “avaliação bienal [...] externa aos sistemas de ensino, que fornece informações sobre a situação educacional brasileira de alunos de 5º e 9º séries do ensino fundamental e 3º séries de ensino médio, por regiões, redes de ensino pública e privada, e unidades da federação” (SCHNEIDER; NARDI, 2014, p. 17) e esse índice não só considera o Saeb como também o Censo Escolar.

O Ideb vem crescendo nos últimos anos³ e a meta é que em 2021 com divulgação em 2022, o Brasil alcance a meta 6,0 nos anos iniciais do Ensino Fundamental (5º ano), meta que os países que participam do PISA (Programme For International Student Assessment) alcançaram em 2003, com a pretensão de os colocar no patamar de desenvolvidos. Espera-se que os Anos Finais (9º ano) alcance a mesma meta em 2025 e o Ensino Médio (3º ano) até 2028.

O IDEB é alvo de prós e contras entre alguns estudiosos devido seu formato e interpretação dos dados. Críticas são feitas a esse índice, conforme apontam pesquisas que versam sobre o assunto, a exemplo de Travitzki (2020) que pontua: crítica aos

³ A pesquisa foi realizada no ano de 2021, antes da divulgação dos resultados.



cálculos do Ideb e sua interpretação, já que, o indicador é entendido em uma escala de 0 a 10. No entanto, o Ideb médio é 4,5; crítica, à porcentagem de alunos que participam da prova, uma vez que, é obrigatório que sejam 80% para que haja a divulgação; crítica à forma de padronizar as proficiências, o que acaba dando maior importância a matemática; Influência do nível socioeconômico nas médias; o IDEB permite que a nota de um aluno compense os baixos resultados de outro e crítica ao número de matérias avaliadas, que é apenas português e matemática.

Nas críticas tecidas vemos também que as médias projetadas atribuídas ao IDEB resultam em uma educação já nivelada por baixo, ou seja, para ser de baixo rendimento. Assim como, a limitação da participação dos alunos em 80% faz com que, parte dos alunos sejam excluídos, sendo estes, os ditos “incapazes” de alcançar boas notas. O IDEB é ainda criticado por não contemplar a diversidade de áreas do saber, uma vez que é limitado a português e matemática o que finda, afastando dos currículos conhecimentos da natureza e sociedade que se apresentam nos demais componentes curriculares. Outro problema a se destacar é o fato de não ser considerado a influência socioeconômica dos estudantes nas médias e como aponta Almeida, Dalben e Freitas (2013).

Outra crítica lançada por alguns autores é sobre a divulgação dos resultados do IDEB que findam por dar mais visibilidade a algumas escolas que se destacam no índice. Porém, não leva em consideração o contexto que envolve as médias obtidas na escola, não sendo “possível ter clareza sobre os mecanismos utilizados por cada escola para obter as notas” (ARAÚJO, 2019, p. 247).

Com a divulgação dos resultados do IDEB, cria-se um *ranking* das escolas em que os autores Figueiredo, *et.al*, (2019) comparam ao filme “os cavalos também se abatem”, adaptado do romance de Horace McCoy em que dançarinos se esforçam para ganhar um prêmio. Neste sentido, os autores fazem uma comparação com as avaliações que criam rankings como em uma corrida, pontuam quem chega na frente. Desta forma, com esse ranqueamento, as escolas mais estão preocupadas na posição que ocuparão e nas bonificações, do que na melhoria de aprendizagens dos seus alunos.

Contudo, o IDEB é um bom índice para aquilo que se propõe que é o



estabelecimento e monitoramento de metas educacionais, pois “na ausência de um sistema como esse, o direito público subjetivo estabelecido no texto constitucional não pode ser monitorado e eventualmente, exigido” (SOARES; XAVIER, 2013, p. 905). Porém, as críticas são pela forma que ele está sendo aplicado, pelo que tem considerado na sua avaliação e por limitar o termo qualidade as médias alcançadas. Pois, apesar de trazer dados que fazem com que as escolas, professores e gestores busquem novas estratégias e ações de ensino para a melhoria do índice, há outros aspectos que interferem nesse resultado que muitas das vezes não são levados em consideração como: as condições da escola, as condições em que os alunos se encontram psicologicamente, fatores socioeconômicos, fatores que interferiram no dia da prova e etc.

O IDEB e qualidade da educação, qual relação? Apontamentos dos dirigentes municipais de educação do Alto Oeste Potiguar

A relação do IDEB com a qualidade da educação tem sido tema de debate entre muitos estudiosos. Diante dessa questão, buscamos analisar os discursos dos dirigentes municipais de educação em cinco cidades do Alto Oeste potiguar. Os municípios serão mencionados, a partir dos seguintes pseudônimos: Juazeiro, Cactus, Xique-xique, Mandacaru e Cajueiro. E os dirigentes municipais serão mencionados a partir de códigos, sendo eles: entrevistado A, entrevistado B, entrevistado X, entrevistado Y e entrevistado Z.

Localizado na “tromba do elefante” o Alto Oeste potiguar é uma região do Estado do Rio Grande do Norte na mesorregião do Oeste potiguar nordestino e com uma população aproximadamente de 209.545 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2021. O território compreende 30 municípios e apresenta um clima tropical, quente e seco ou semiárido.

A pesquisa contempla cinco secretarias municipais de educação desta região, conforme dados que seguem:

Quadro 1 - DADOS EDUCACIONAIS DOS MUNICÍPIOS



Município	nº de matrículas (2020)	nº de escolas municipais do ensino fundamental	Taxa de escolarização	IDEB 2019 (Anos iniciais)	IDEB 2019 (Anos finais)
Juazeiro	465	1	97,9%	4,6	5,0
Cactus	347	1	98,8%	5,2	4,4
Xique-xique	827	1	98%	4,0	3,1
Mandacaru	1.513	6	99,4%	3,7	3,8
Cajueiro	366	1	95,8%	-	-

Fonte: autoria própria

Percebe-se diante do quadro, que a maioria dos municípios analisados possui apenas 1 escola, com exceção do município Mandacaru que apresenta um total de 6 instituições. A mesma cidade apresenta maior número de matriculados e taxa de escolarização. Nos anos iniciais o município que apresentou maior IDEB em 2019 foi Cactus, e o de menor IDEB foi Mandacaru. Já nos anos finais, a municipalidade de maior destaque no IDEB foi Juazeiro e com menor pontuação Xique-xique. O município Cajueiro não teve as médias dos anos iniciais e finais divulgadas, porque não alcançou a taxa mínima de 80% de participação dos alunos nas provas. Os dados dispostos permitiram traçar o perfil dos municípios de forma clara e objetiva, e a partir destes formular e direcionar as perguntas das entrevistas aos secretários (as) que serão debatidas nesta pesquisa.

Para melhor análise, os dados da pesquisa foram agrupados em trajetões temáticas. Esses trajetões foram organizados durante todo o percurso da pesquisa. Assim, questões e respostas dos dirigentes municipais de educação que reforçam um determinado

enunciado⁴ foram dispostas nos trajetos com base nos objetivos que se espera alcançar. Desta forma os trajetos temáticos a serem analisados são: IDEB e qualidade da educação, o ranqueamento educacional e IDEB e ações locais.

IDEB e qualidade da educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é hoje um importante sistema que monitora as médias e metas de escolas e municípios conforme pontuado nos ditos anteriores deste texto. Mas, tem sido uma questão de debate se este é ou não um “indicador” da qualidade da educação. Por isso, analisaremos os discursos dos dirigentes municipais de educação do Alto Oeste Potiguar, observando como eles apontam a relação IDEB e qualidade educacional e que enunciados são (re)produzidos nesses discursos.

Entre as diferentes definições dadas ao discurso, Foucault (1996, p.10.) diz que:

[...]o discurso – como a psicanálise – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo: é também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar.

Ou seja, os discursos produzem relações de saber e poder que conduzem a sua reprodução. Por conseguinte, Foucault trabalha o discurso não apenas como ato de falar ou como expressão do pensamento, mas como prática discursiva que pressupõe um conjunto de regras linguísticas. Neste sentido, é na prática, que os discursos se manifestam e que os reproduzimos. Portanto,

Para analisar os discursos, segundo a perspectiva de Foucault, precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas práticas bastante comuns quando se fala em fazer o estudo de um discurso. (Fischer, 2001, p. 198)

Logo, para fazer a análise de um discurso é preciso tratar os objetos como um monumento e ter um maior aprofundamento de suas condições de surgimento. Vale deixar

⁴ O enunciado para Foucault (2008) “não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem [...]” (p.97) é uma função de existência, um acontecimento que está aberto a repetição, transformação e articulado não apenas com situações mas, com outros enunciados.

claro que Foucault não quer saber o que está por trás do discurso mas, os saberes que esse discurso traz à superfície, que encontra-se expresso na sua materialidade.

Diante disso, analisaremos nos discursos dos dirigentes municipais se eles reproduzem enunciados em que ver o IDEB como um índice e não como um indicador da qualidade, ou se se apoderam de discursos que compactuam com os documentos oficiais de que as médias obtidas no IDEB são capazes de atestar a qualidade educacional.

Desta forma, iniciamos a entrevista indagando os (as) secretários (as) sobre qual a compreensão que eles tinham do IDEB. O entrevistado X respondeu que “É o principal índice que mede o desenvolvimento e a aprendizagem dos nossos estudantes”. Diante da fala do entrevistado, percebe-se que se alinha ao discurso proferido pelo governo brasileiro, do IDEB como um medidor da aprendizagem reduzida a médias e estatísticas, assim o sujeito que Fischer (2001, p. 202) traz “no sentido de posição a ser ocupada [como] alguém que pode efetivamente afirmar aquilo”, ocupa a posição oficial ao que o índice se propõe.

A materialidade discursiva que Fischer (2001, p.202) diz “se tratar de coisas efetivamente ditas, escritas, gravadas em algum tipo de material” é mais um fator a ser considerado nesta análise. Assim, os ditos presentes no enunciado do entrevistado podem ser encontrados em sites do Governo Federal e nos documentos oficiais.

Em seguida questionamos os entrevistados se consideram o IDEB importante para a educação. Diante do questionamento, confirmam ter sim importância, embora estejam cientes que esse sistema tem limitações. Mas, uma fala a destacar é da entrevistada B em que ela diz que:

ele possibilita que a equipe pedagógica, que a escola em si possa traçar metas de acordo com os seus resultados e nós possamos traçar metas para que melhore a educação, melhore os resultados tanto os das avaliações internas como a questão das avaliações externas e aprovação e reprovação [...] Mas, nós sabemos que hoje é bem significativo, para que possamos planejar as políticas públicas, para o planejamento das políticas públicas. (Entrevistada B)

Vemos deste modo, que a secretária evidencia que a partir do IDEB são criadas as políticas públicas, destacando a importância do índice. Neste sentido, o que precisamos

destacar é que o IDEB é um índice de importantes contributos, o que se critica é o discurso que se construiu em torno dele que o coloca como indicador da qualidade.

Foi questionado ainda o que os secretários/as definem como educação de qualidade e se o IDEB é capaz de atestar essa qualidade. Diante dos enunciados, é possível observar que entendem a qualidade assim como Dourado (2007), como a implicação de vários fatores internos e externos. Sendo assim, defendem a ideia de que o IDEB tem “dois pesos e duas medidas” (Entrevistada Z, 2022) ou seja, por um lado é importante por permitir que os gestores planejem ações para melhoria do ensino porém, ainda tem limitações na sua avaliação, nos fatores que são considerados em sua composição. Podemos verificar essa ideia no discurso do entrevistado A:

[...] Uma educação de qualidade que eu penso para a minha cidade é uma educação pública que principalmente tenha espaço adequado, não é? Porque eu não vejo uma educação de qualidade só com professor de mestrado e doutorado não, eu vejo com espaço, com biblioteca boa, laboratório de química, laboratório de física, laboratório de matemática, não é? e sem falar da qualidade dos professores, não é? [...]

Nota-se que os entrevistados/as ora são perpassados de uma visão governamentalista quando trazem a definição de IDEB, mas diante da relação IDEB e qualidade da educação, apontam falhas nesse sistema, concordando com o discurso que circula nas pesquisas de diversos estudiosos da área como Travitzki (2020), o que mostra que por mais que os secretários ocupam na hierarquia do sistema uma função estratégica, tendo em vista, assumirem a gestão do município, estão cientes desses debates e que o sistema é falho, não podendo indicar totalmente a qualidade da educação.

O ranqueamento educacional

Questionamos inicialmente a opinião dos (as) secretários (as) sobre a geração de rankings nas escolas e estes não evidenciam essas disputas nas escolas de seus municípios por se tratarem de cidades pequenas e que possuem apenas 1 escola a nível municipal e pública, mas que se houvesse mais escolas existiria sim uma disputa pelo ranking como aponta o entrevistado A:

~~Não, aqui não tem porque como eu falei para você, só temos uma escola~~

aqui que faz a prova do IDEB que é a do município. [...] Mas, se tivesse, geraria sim, viu? com certeza, porque aluno é recurso, não é? [...] Então, a gente acredita que se tivesse outra escola que fizesse a prova do IDEB com certeza seria uma disputa bem acirrada. Cada um iria trabalhar da maneira que fosse mais confortável para se atingir aquela nota, não é?

Porém, mesmo não apontando essa disputa no espaço “micro” do município, ela já está imposta pelo sistema do IDEB, porque é através dessa disputa que este regula o comportamento dos profissionais da educação para a busca de melhores resultados. E pode acontecer com o município analisado pois, mesmo não observando a competição pelo ranking dentro do município, está sempre buscando maneiras de melhorar os resultados, porque não quer está fadado ao discurso do fracasso. Então, o IDEB é essa engrenagem que regula comportamentos para atingir seu fim principal que é o alcance de metas.

Como já mencionado nos ditos anteriores deste texto, embasado no pensamento de Gaesqui (2016), quando o IDEB é posto como parâmetro a ser seguido, independente do que os secretários considerem como qualidade, vão operar para alcançar as metas. Logo, a tendência será a reprodução do que é imposto pelo índice. Então, apesar de fazerem críticas ao índice, em seus municípios, através de seus enunciados, em suas práticas discursivas, alimentam, reforçam e reproduzem o discurso oficial do IDEB como indicador da qualidade. Afinal, teriam como escapar disso? Teriam como fazer diferente nas escolas quando se tem o IDEB como modelo a ser seguido? Quando estar no topo do ranking significa ser uma escola de destaque?

Analisando a fala do entrevistado com base na AD foucaultiana, vemos que o sujeito desse discurso que Foucault nos traz, não no sentido da língua mas, como um sujeito vazio que ocupa uma determinada posição, neste momento ocupa o sentido gerencialista e empresarial de responsabilização que Souza e Silva (2018, p.10) trazem “em uma perspectiva de determinar consequências para os maus resultados presentes pelas organizações públicas, como com recorte para os escolas e sistemas de ensino [...]”.

Ainda questionamos aos dirigentes o posicionamento deles em relação às premiações oferecidas às escolas de melhor IDEB e observamos diferentes opiniões. A



entrevistada Z traz “que precisa ser uma política mais justa” pois, deveria premiar cada escola nas suas categorias e nas suas referências porque “só sabe o que é um trabalho de uma escola quem está lá dentro”, mas, diante da fala da entrevistada percebe-se que ela reforça e deseja o discurso da premiação. O entrevistado X vê como uma forma de incentivo mas, que deve ser para o coletivo e não para o individual. Porém, não deixaria de ser uma bonificação que o secretário anseia. A entrevistada Y aponta às premiações como um reconhecimento dos esforços de todo o corpo escolar/educacional. Já a entrevistada B, diz ser um incentivo mas, considera como ponto negativo o aumento das disputas aos rankings.

Diante da fala dos entrevistados, nota-se que mesmo as premiações levando para além da exposição ao ranking a uma responsabilização como aponta Schneider e Nardi (2014), de modo que, o Estado se exima do fracasso ou do sucesso escolar que passa a ser atribuído às escolas, os (as) secretário (as) desejam essas premiações, porque a política de bonificações tem e apresenta como única verdade o IDEB, silenciado e ocultado por trás desse sistema, uma engrenagem que regula os sujeitos para que operem para atender as metas impostas pelo índice, sem que se exija do Estado mais recursos necessário às escolas, formação continuada dos professores, melhores estruturas entre tantos outros fatores necessários a uma educação de qualidade.

IDEB e ações locais

Este trajeto temático envolve questões que objetivam analisar as ações realizadas pelos municípios diante das médias alcançadas no IDEB. Iniciando pelo município Juazeiro, indagamos ao secretário o que vinha dificultando o alcance das médias do IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O entrevistado A respondeu que:

Então, eu sou secretário há apenas 1 ano e meio então, essa informação aí eu praticamente não tenho. Eu não tenho porque eu tenho o acompanhamento do 9º ano, com o pessoal do 9º ano eu tenho um acompanhamento bem próximo.

Desta forma, o entrevistado aponta não ter um acompanhamento próximo dos anos iniciais, tendo apenas o acompanhamento dos anos finais, no qual desenvolve um

trabalho extra sala voltado a melhoria do IDEB e que desenvolve há algum tempo, em que reforçam os conteúdos exigidos nas avaliações externas.

Já no município Cactus, percebemos diante de nossas pesquisas o aumento considerável das médias e o alcance das metas do IDEB. Deste modo, perguntamos as estratégias que o município adotou para a melhoria desses resultados. A entrevistada B respondeu que,

[...]Desde 2012, por aí que a gente vem tentando fazer esse acompanhamento pedagógico, fazer um planejamento que contemple as competências e habilidades para essa aprendizagem. Então, a gente tem um planejamento acompanhado, planejamento tanto semanal como pedagógico, com o professor desde os anos iniciais. Então, a gente vem tendo esse cuidado independente de ser ano de avaliação de IDEB.

Percebe-se diante da fala da entrevistada que o município tem priorizado no seu planejamento os esforços escolares para a melhoria da aprendizagem independente se é ou não ano de IDEB.

Perguntamos ao município Xique-xique o que vinha dificultando e comprometendo o alcance das médias do IDEB na cidade. Diante do questionamento, o entrevistado X aponta como comprometimento das médias do IDEB o abandono escolar e a reprovação que compreendem o censo escolar e que são levados em consideração nos cálculos do IDEB, interferindo nos baixos índices. Segundo o mesmo as médias obtidas no índice são discutidas com a coordenação pedagógica e como estratégias adotadas para a sua melhoria:

Conseguimos montar nossa equipe profissional de assistente social, psicólogo, psicopedagogo, formação continuada para o professor, simulados para os estudantes que são avaliações internas dentro das instituições, o apoio a família, a questão de está sempre ali, buscando o estudante e a família para orientação da vida escolar. (ENTREVISTADO X)

Vemos assim, a criação de estratégias que estão voltadas à melhoria do IDEB, pois, como destaca Gaesqui (2016), essa acaba sendo a única opção da gestão escolar quando as metas do IDEB são parâmetros a serem seguidos.

O município Mandacaru apresentava uma linha crescente nos resultados do IDEB,

porém, teve um declínio no ano de 2019, caindo significativamente em relação a 2017. Deste modo questionamos o que a secretária apontava como a causa do não alcance desses resultados. A entrevistada Y respondeu que:

Olha, Primeiro nas séries iniciais não foram computadas, aí foi a falta de alunos, de alguns alunos porque tem que atingir uma média de 80% de alunos para poder sair o resultado, não é? Em algumas escolas *faltou [sic]* alunos e outras foram a questão de muitos alunos com necessidades especiais que estão no 5º ano, e não atingiram, e infelizmente não chegaram a fazer a avaliação [...]

Fica evidente na fala da entrevistada uma das críticas tecidas por Travitzki (2020) que é justamente o fato de não serem divulgadas as notas das escolas que não atingem a porcentagem de alunos que fizeram as avaliações externas, deixando-as fora do índice, não computando as deficiências de aprendizagem dessas escolas e conseqüentemente o repasse de recurso.

O município Cajueiro, apesar de apresentar notas consideráveis, não vinha alcançando as metas do Ideb. A entrevistada Z destaca a dificuldade de subir pontos no índice, porque é preciso fazer uma correção de fluxo, por ser um problema que vem desde o ciclo de alfabetização e, algumas vezes, considera ser uma forma de avaliar injusta, porque não considera outros fatores. Ela destaca um deles

[...] Mas, a maior dificuldade, é isso. É, você está monitorando, as nossas crianças com deficiência muitas vezes... o nosso público é um público muito carente e já é comprovado cientificamente que as condições financeiras dos nossos alunos interferem diretamente na aprendizagem. As condições financeiras sim, interferem.

Nota-se diante da fala da entrevistada mais um dos aspectos que são silenciados pelo índice e evidenciados por Almeida, Dalben e Freitas (2013). Estamos falando das diferenças socioeconômicas e culturais que não são analisadas como um dos fatores que interferem nos baixos índices. Dourado e Oliveira (2007) também apontam que este aspecto interfere na qualidade da educação, o que reforça a ideia de que o IDEB não pode ser usado para atestar a qualidade educacional.

Diante dos discursos dos dirigentes municipais de educação observa-se que se alinham às críticas tecidas pelos estudiosos em suas pesquisas no plano dos intelectuais,

que apontam as limitações do índice quando se trata de indicar a qualidade da educação. Porém, os sujeitos que “[...] não são causa, não são origem do discurso, mas são efeitos discursivos” (FISCHER, 2001, p. 207) findam por reproduzir na prática o discurso que é imposto pelos documentos oficiais.

Seguindo esse viés, a materialidade discursiva, ou seja, onde os discursos se materializam. Aqui destacamos os que são abordados pelos (as) secretários (as): a interferência dos fatores socioeconômicos nos resultados do IDEB e da exigência de 80% de participação dos alunos para que seja divulgada as médias do índice, o que finda não avaliando as escolas do município que não cumpriu a regra. Podemos encontrar esses discursos em artigos, teses e dissertações que circulam em revistas e plataformas como a Scielo, Capes e etc. Esses enunciados reforçam que a qualidade da educação vai muito além das médias do IDEB e os (as) secretários (as) estão cientes disso.

Percebemos ainda, os interdiscursos também chamados de pluridiscursividade e heterogeneidade discursiva, que Fischer (2001, p. 206) define como “[...] palavras ou expressões que se referem, basicamente, à dispersão dos enunciados e portanto dos discursos; referem-se à ideia de que ele são antes de mais nada, acontecimentos”. Ou seja, Foucault nos diz que há dispersões nos enunciados, porque as pessoas não são sujeitos⁵ de um discurso, e sim ocupa a posição de um sujeito. Desta forma, somos governados pelos discursos, pois reproduzimos ditos já pronunciados por alguém.

Foucault ainda nos fala do sujeito como produtor de saberes, ou seja, “Foucault nos oferece um saber como construção histórica, e como tal, produz verdades que se instalam e se revelam nas práticas discursivas” (AZEVEDO, 2013, p.149). Desta forma, diante das falas dos entrevistados em relação às ações que realizam em seus municípios, nota-se que na prática fazem um trabalho voltado a melhoria dos resultados no índice, e quando se tratam dos fatores que comprometem os resultados, citam o já posto pelos documentos oficiais (o censo e a falta de participação de 80% dos alunos), reforçando e alimentando o discurso oficial, visto que, está disposto no índice que alcançar as metas é

⁵ O sujeito para Foucault não é o sujeito no sentido da língua, mas o sujeito no sentido de posição a ser ocupada como aponta Fischer (2001).



ter uma educação de qualidade. Logo, os dirigentes municipais de educação que têm como papel assegurar uma educação de qualidade, conforme está assegurado no inciso 4, do artigo 211º da Constituição Federal de 1988, a tendenciarão à reprodução.

Diante do que foi discutido nos trajetos temáticos, observamos que os (as) secretários (as) apontam como sendo uma educação de qualidade para seus municípios, aquela em que tenha espaço adequado, escolas com boa infraestrutura, com salas equipadas, com profissionais de formação qualificada e etc. Porém, apesar de destacarem esses diferentes aspectos que contribuem para uma educação de qualidade, quando perguntados sobre o que comprometeu o alcance das metas do IDEB, não apontam a interferência desses fatores. Então, percebe-se a governança de condutas pelo o Estado, fazendo com que os dirigentes atribuam o sucesso ou o fracasso escolar à própria escola, isentando o papel do Estado que é oferecer recursos para as melhorias destas escolas. Consequentemente, silenciando os discursos que apontam as dificuldades enfrentadas nas instituições educacionais e fora delas que impactam e retrocedem os passos para uma educação de qualidade.

Considerações finais

Podemos assim concluir que, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que leva em consideração as avaliações externas e o censo escolar, é importante para a educação uma vez que, avalia o nível educacional, traça um diagnóstico e possibilita a criação de políticas para a melhoria dos resultados. Porém, ainda é um sistema limitado para avaliar a qualidade educacional, uma vez que, não considera os fatores internos e externos que permeiam a escola e que dificulta o alcance de melhores resultados.

Desta forma, nota-se que nos discursos analisados, apesar de os dirigentes municipais evidenciarem que o IDEB é limitado na sua avaliação quando não considera os fatores socioeconômicos, a estrutura da escola, o estado emocional dos alunos no dia da prova, a formação profissional, quando as escolas não têm espaço adequado, salas com recursos para o desenvolvimento das aulas, quadras para incentivo ao esporte e quando a



padronização exclui esses elementos tão necessários ao processo educacional, em alguns momentos, os (as) secretários (as) na posição estratégica que ocupam, findam reproduzindo o discurso oficial de forma acomodada, sem questionar o porquê de não ser considerado os elementos que eles mesmo apontam como de interferência, e que impossibilitam o IDEB de atestar a qualidade da educação. Portanto, mesmo evidenciando estes aspectos para a efetivação da qualidade da educação na região não os apontam como interferência nas médias e metas alcançadas.

Assim, o Estado estimula a concorrência e a busca da qualidade através das premiações e de ideais meritocráticos fazendo com que a escola e demais profissionais da educação operem em busca dessa qualidade sem culpá-lo, exercendo uma governança midiática e se eximindo desta forma do fracasso ou do sucesso escolar, instaurando políticas públicas paliativas que não solucionam as dificuldades das escolas para que se ofereça uma educação de qualidade.

O Estado, através desse sistema, oculta as dificuldades que permeiam a escola. Sendo assim, a promessa da qualidade continua a não se cumprir, interditando outros discursos, quando na verdade o discurso é prática, ou seja, é na realidade das escolas que os discursos silenciados pelo índice se revelam, mostrando que a qualidade da educação ainda não foi alcançada e não será alcançada apenas conquistando as metas projetadas do IDEB, mas quando, houver investimento e políticas eficazes para o enfrentamento das dificuldades e para que se avance em uma educação de qualidade.

Referências

ARAÚJO, Abelardo Bento. **Placas com a nota do IDEB na fachada das escolas em Minas Gerais:** os escores de rendimento ante a complexidade da realidade escolar. Educação em foco, ano 22, n.38 – set./dez. 2019 – p.241-259.

ALMEIDA, Luana Costa; DALBEN, Adilson; FREITAS, Luiz Carlos de. O IDEB: limites e ilusões de uma política educacional. **Educ. Soc, Campinas**, V.34, n.125, p.1153-1174, out./dez. 2013.

AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Foucault. **Revista filogenese**, Vol. 6, nº 2, 2013.



BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br).

BRASIL. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Brasília. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP, 2007. Disponível em: [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica \(Ideb\) — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)

DOURADO, Luiz Fernando (coordenador); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições = The quality of education: concepts and definitions**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 65p (Série Documental. Textos para discussão, ISSN: 1414-0604; 24).

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cad. Cedes**, Campinas-SP, v.29, n.78, p.201-215, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

FERNANDES, Reynaldo. **A universalização da avaliação e criação do Ideb: Pressupostos e perspectivas**. Em aberto, Brasília, v.29, n.96, p.99-111, maio/ago. 2016.

FIGUEIREDO, Dalson; CARMO, Erinaldo; MAIA, Romero; SILVA, Lucas. Os cavalos também caem: Tratado das inconsistências do IDEB. **Ensaio: aval. pol. Públ. Educ**, Rio de Janeiro, V.26, n.100, p.552-572, jul./set. 2018.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p.197-223, novembro/2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Edições Loyola, São Paulo; Brasil, 1996, 3ª edição. ISBN: 85-5-01359-2.

FOUCAULT. Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GAESQUI, Luiz Carlos. **O ideb como parâmetro de qualidade da educação básica no Brasil: algumas preocupações**. **Cad. Pes.**, São Luiz, V.23, n.3. Set/dez.2016.

MELLO, Liliane Ribeiro de; BERTAGNA, Regina Helena. **Tensões do SAEB e do IDEB para a educação de qualidade como direito**. **Revista Educação em Questão**, Natal, v.58, n.58, p.1-24, out./dez. 2020.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. Expansão e qualidade da educação básica no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, v.40, n.140, p.561-585. maio/ago. 2010.

Revista Administração Educacional - CE - UFPE Recife-PE, V.14 N.2 p.56-77, jul/dez 2023

ISSN:2359-1382 DOI <https://doi.org/10.51359/2359-1382.2023.260533>



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito a educação. **Revista Brasileira de Educação**. Jan./fev./mar./abr. 2005 Nº 28.

SOUZA. Allan Solano; SILVA, Ciclene Alves da. Avaliação e responsabilização: usos e apropriações no sistema municipal de ensino de Mossoró - RN (2010-2015). **Revista Administração Educacional - CE - UFPE Recife - PE**, v.9, n.2, p. 4-20, jul./dez. 2018.

SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. Pressupostos Educacionais e estatísticos do IDEB. **Educ. Soc.**, Campinas, V.34, n.124, p.903-923, jul.-set. 2013. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. O IDEB é a construção de um modelo de accountability na educação básica brasileira. **Revista Portuguesa de Educação**, V.27, n.1, junio-2014, p.7-28.

SZYMANSKI, Heloísa. **A entrevista na educação: a prática reflexiva**. Heloísa Szymanski (org.), Laurinda Ramalho de Almeida, Regina Cecília Almeida Rego Prandini. Brasília: Líber Livro Editora, 2004, 3ª ed. 2010.

TRAVITZKI, Rodrigo. **Qual é o grau de incerteza do Ideb e por que isso importa?** Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v.28, n.107, p.500-520, abr./jun. 2020.

Data de submissão: 03/12/2023

Data de aceite:12/03/2024

